

PROJETO FERRO CARAJÁS S11D

PLANO BÁSICO AMBIENTAL

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA COMUNIDADES – PEA

RELATÓRIO ANUAL

Canaã dos Carajás/Pará

30/01/2016

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	3
2	INTRODUÇÃO	3
3	OBJETIVOS	4
4	INDICADORES AMBIENTAIS	5
5	INTER-RELACIONAMENTO COM OUTROS PROGRAMAS	6
6	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	6
7	ATENDIMENTO A REQUISITOS LEGAIS	7
8	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA.....	8
8.1	METODOLOGIA	8
8.2	ATIVIDADES.....	10
9.	RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
10.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
11	EQUIPE TÉCNICA	32
12	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

1 APRESENTAÇÃO

O Projeto Ferro Carajás S11D, novo empreendimento minerário da Vale na região sudeste paraense, compreende a exploração de minério de ferro do Bloco D do corpo S11 de Serra Sul, por meio do método de lavra a céu aberto, bem como o beneficiamento do minério a umidade natural.

Desde 1985, a partir do *start up* do Complexo Minerador de Carajás, a atuação da VALE nos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás, no sudeste do Pará, proporcionou à região Norte do Brasil um forte ciclo de desenvolvimento econômico e social. O Projeto Ferro Carajás S11D representa a expansão da atividade de extração e beneficiamento de minério de ferro em Carajás.

Em 06 de setembro de 2012, a VALE protocolou junto ao IBAMA, no ato de solicitação de Licença de Instalação, o Plano Básico Ambiental que contempla todas as medidas de controle e monitoramento a serem implementadas durante a implantação e operação do Projeto Ferro Carajás S11D.

O presente relatório descreve sobre a execução das ações do Programa de Educação Ambiental para Comunidades – PEA do Projeto Ferro Carajás S11d, onde aborda as ações realizadas em 2015.

2 INTRODUÇÃO

Este documento contempla as atividades previstas no Programa de Educação Ambiental para Comunidades apresentado no Plano Básico Ambiental ao IBAMA no ato de solicitação da Licença de Implantação. O referido configura-se como condicionante de licenciamento e é pautado na linha de ação corporativa da Vale em Educação Ambiental e também na Instrução Normativa IBAMA nº 02, de 27 de março de 2012 que instrui as bases técnicas para os PEA em empreendimentos licenciados pelo IBAMA. Na perspectiva da linha corporativa da Vale para a sua atuação em educação ambiental, a iniciativa foi de manter-se coerente com sua missão de “transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável”, e fundamenta-se na concepção de que o melhor caminho para alcançar este objetivo e formar cidadãos comprometidos com a questão ambiental é pela educação.

A Educação Ambiental, seja ela realizada no ambiente escolar ou com comunidades, é uma valiosa ferramenta para reflexão e intervenção na realidade, estabelecendo condições à participação de diferentes segmentos sociais com intuito de intervir criticamente em seu território. Em uma esfera maior, esse instrumental pode estimular a participação social na formação e formulação de políticas públicas para o meio ambiente e em uma esfera menor, essa participação pode ser estimulada por meio de ações concretas realizadas no ambiente em que os grupos convivem. Para tanto, é necessário que esses atores sociais se sintam

empoderados para intervir no seu espaço. E somente a prática educativa que objetiva a autonomia poderá servir de fundamento na intervenção dos desafios socioambientais, em que pessoas poderão ter acesso a decisões de planejamento e encaminhamento e, assim, co-responsabilizarem-se pelos rumos da sociedade a qual pertencem.

Atua na internalização de valores e mudanças de atitudes e comportamentos em relação ao meio ambiente. É, assim, um processo dinâmico e participativo, que tem como finalidade buscar a dialogicidade como mediação da relação entre o empreendedor e as comunidades da área de influência para maior compreensão e mitigação dos impactos ambientais, de modo a contribuir para a formação de indivíduos conscientes, corresponsáveis e participativos, capazes de questionar e refletir, de forma concreta, sobre a implementação de ações pessoais e políticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica do município e do planeta.

A atuação ocorre junto às comunidades, considerando as lideranças e organizações comunitárias, identificadas por grupos sociais formais e informais inseridos na Área de Influência Direta do empreendimento. O reflexo desta dinâmica sugere a construção de ações de forma integrada, indo além de proposições definidas antecipadamente, e o desenvolvimento de ações que considerem as especificidades locais e os possíveis impactos gerados pelo Projeto Ferro Carajás S11D, Mina do Sossego e ramal Ferroviário sobre os diferentes grupos sociais presentes em suas áreas de influência.

3 OBJETIVO

Desenvolver ações educativas de caráter ambiental junto aos grupos sociais formais e informais em situação de maior vulnerabilidade socioambiental impactados pela atividade em licenciamento, sem prejuízo dos demais grupos potencialmente impactados. Sugere ampliar o potencial dos impactos positivos, minimizar e/ou neutralizar impactos negativos sobre a estrutura social e reduzir a pressão sobre os ecossistemas naturais e sociais, especialmente na área de influência direta.

O Programa de Educação Ambiental tem ainda como objetivos centrais promover:

- A ampliação do conhecimento sobre a percepção (conhecimentos, atitudes e motivação) e os comportamentos dos grupos sociais impactados por meio de diagnósticos socioambientais participativos, visando à criação e o desenvolvimento de ações de educação ambiental aplicadas à solução de problemas socioambientais ocasionados pelas atividades de implantação e operação no Projeto Ferro Carajás S11D;
- A ampliação da percepção, da compreensão de conceitos, da adoção de valores, da formação de atitudes e da aquisição de habilidades através de metodologias participativas que promovam o protagonismo dos diferentes

grupos sociais na perspectiva da avaliação, da prevenção de danos e riscos socioambientais decorrentes do empreendimento sobre a área de influência, ampliando a atuação desses grupos na conservação e melhoria do meio ambiente na vida em comunidade;

- Atividades de educação ambiental com as comunidades para ampliar o conhecimento, a criação de valores e as mudanças comportamentais que favoreçam o desenvolvimento sustentável das localidades e região, por meio da reflexão sobre a ação social, em função da instalação e operação do Projeto Ferro Carajás S11D, visando ampliar o protagonismo socioambiental na melhoria das condições sociais e econômicas, da qualidade de vida e do respeito ao meio ambiente;

4 INDICADORES AMBIENTAIS

Os indicadores de monitoramento são divididos em duas esferas distintas: indicadores de processo e de resultados. Os Indicadores de Processo aferem o quanto as ações definidas pelo planejamento do Programa estão sendo implementadas, de acordo com as prioridades e horizonte temporal definido. Devem sinalizar o quanto as ações dos projetos estão distantes, ou não, da linha de trabalho proposta. Esses indicadores poderão ser avaliados pela própria Vale, por meio do cronograma físico-financeiro. A Vale deve avaliar a execução física das atividades propostas e os custos despendidos para viabilizar o cumprimento do planejamento inicial.

Os Indicadores de Resultado estabelecem o grau de sucesso dos projetos e dos programas, identificando se os resultados estão sendo alcançados, de modo a permitir a reformulação do PEA, tornando-o operacionalizável, alinhado à busca dos resultados. A elaboração desse sistema de monitoramento depende de informações que permitam a alimentação de indicadores de resultado. Tais informações podem ser obtidas por meio de fontes primárias e secundárias, dependendo da especificidade de cada projeto, mas devem ter como referência inicial os diagnósticos socioambientais participativos, o que vai possibilitar a identificação de indicadores de percepção, viáveis para indicar estágios de assimilação e aprendizagem, quando for o caso. Como forma de garantir que as atividades previstas no Plano de Ação de Educação Ambiental foram realizadas e atingiram os objetivos propostos, serão estabelecidos critérios de avaliação das ações executadas, caracterizados como indicadores ambientais, pelo Comitê de Educação Ambiental. O referido constituído, voluntariamente, por membros da comunidade, participantes do processo de construção do Diagnóstico e Plano de Ação atuará, ainda, no acompanhamento e no monitoramento das ações do Programa.

5 INTER-RELACIONAMENTO COM OUTROS PROGRAMAS

O Programa de Educação Ambiental está relacionado a todos os outros Programas, em especial ao Programa de Comunicação Social e Informação Socioambiental, especialmente em ações que englobam o uso de meios de comunicação de massa e a necessidade de manter os parceiros e o público-alvo informados sobre as atividades de educação ambiental inseridas no PBA; com o Programa de Saúde e Segurança e com o Programa de Apoio à Gestão Pública, já que o acesso e também a educação para a saúde e o saneamento básico constituem aspectos da educação ambiental. Também está ligado aos demais programas do PBA tendo em conta o papel de atuar com os públicos na ampliação da compreensão dos fenômenos socioambientais decorrentes da implantação e operação do Projeto Ferro Carajás S11D, inclusive os impactos e as medidas mitigadoras e compensatórias em que a população pode aumentar o seu protagonismo.

6 INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

- Vale S.A.(PROJETO S11D – MINA DO SOSSEGO – RAMAL FERROVIÁRIO)
- Agencia de Desenvolvimento de Canaã dos Carajás
- Lideranças rurais e urbanas
- Economia Popular Solidária – EPS
- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio
- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Indústria e Comércio
- Secretaria Municipal de Produção Rural
- Empresa Brasileira de assistência Técnica – EMATER local
- Conselho Municipal de Saúde
- Conselho Municipal de Meio Ambiente
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente

7 ATENDIMENTO A REQUISITOS LEGAIS

A Instrução Normativa IBAMA no 2, de 27 de março de 2012 estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e recomenda, buscar sinergia com políticas públicas e instrumentos de gestão em implementação na área de influência do empreendimento.

Conforme consta nesta Instrução Normativa, “a divulgação dos projetos ambientais condicionantes do licenciamento deverá apresentar claramente que a execução destes projetos está baseada em uma exigência legal”. Com o objetivo de garantir a clareza das informações repassadas ao público em geral a respeito dos projetos condicionantes do licenciamento ambiental conduzido pela DILIC/IBAMA, são estabelecidos na IN no 2/2012 os critérios para a divulgação e identificação dos referidos projetos.

Com relação ao cronograma, a IN no 02/2012 determina, no seu § 3º, que “a duração e o momento de execução dos Programas de Educação Ambiental e de seus respectivos projetos serão definidos pelo IBAMA e terão como referência o tempo de exposição dos grupos sociais da área de influência aos impactos previstos, devendo-se considerar a tipologia, as especificidades do empreendimento ou atividade, e as fases do licenciamento adequadas à realização das ações previamente aprovadas.” No § 4º menciona também que, “a duração do Programa ou do projeto, bem como o seu momento de execução, poderá ser alterada pelo IBAMA, durante o processo de licenciamento ou regularização, caso se verifique que o tempo de exposição aos impactos do empreendimento ou atividade está concentrado em etapa diversa àquela inicialmente avaliada”.

- Constituição Federal de 1988, Artigo 225, item VI.
- Lei no. 6.938 /1981: dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
- Lei no. 9.795 /1999: dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental
- Decreto no. 4.281/2002: regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental,
- Resolução CONAMA no. 009/1987: regulamenta a apresentação do RIMA durante a Audiência Pública.
- Resolução CONAMA no. 237/1997: trata das diretrizes para licenciamento e estudos ambientais.
- Resolução CONAMA no. 422/2010: estabelece as diretrizes para conteúdos e procedimentos em ações, projetos, campanhas e programas de informação, comunicação e educação ambiental no âmbito da educação formal e não formal.

8 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

8.1 METODOLOGIA

A partir de uma metodologia, eminentemente, participativa o Programa privilegiou os grupos sociais (formais e informais) inseridos na área de influência direta ao empreendimento, sobretudo, os mais vulneráveis possibilitando-os a participação nos processos de dialogação sobre as definições e decisões tomadas pela comunidade. Propositadamente contemplou os pontos de vista daqueles julgados como os menos favorecidos, isto é, os de menor poder econômico e social e que muitas vezes não têm a oportunidade, nem tampouco a possibilidade, de fazer valer suas ideias e posicionamentos.

Para a realização das ações do PEA em 2014, foi desenvolvido um Plano de Ação com a definição das ações realizadas, de acordo com o Diagnóstico Socioambiental Participativo- DSP, construído em 2013, com a efetiva participação das comunidades: Vila Feitosa, Vila Ouro Verde, Vila Planalto e Sede do Município. Após a expressão dos desejos e percepções de lideranças e moradores locais, foram organizados e descritos os projetos e ações posteriormente realizados em cada localidade, destacando as premissas metodológicas e os objetivos a serem alcançados. Cada ação realizada durante a execução do PEA esteve de acordo com o Plano de Ação homologado pelo Comitê de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das atividades do PEA criado pela comunidade em 2013. Nesse Contexto, as ações previamente definidas foram realizadas seguindo os anseios das comunidades impactadas pelo empreendimento.

Na expectativa de dar continuidade às ações realizadas no âmbito do Programa de Educação Ambiental do Projeto Ferro Carajás S11D em 2015, o Comitê sugeriu a inclusão das atividades da Mina do Sossego e do Ramal Ferroviário, em função destes empreendimentos desenvolverem, também, atividades de Educação Ambiental dentro do Município de Canaã dos Carajás. A partir daí, por ocasião das reuniões ordinárias do Comitê, fomentou-se, um nível mais aprofundado da participação popular potencializando a autonomia dos atores sociais locais, não apenas na participação em si, mas também na condução dos espaços e instrumentos de organização social. Desse modo a metodologia adotada baseou-se na instrumentalização técnica dos públicos envolvidos, por meio de atividades educativo-formativas e fomento as iniciativas dos diferentes seguimentos participantes do PEA.

O referido Programa foi estruturado em nove Linhas de Ação distintas, cada uma das quais tendo sido propostas participativamente e aprovadas pelo Comitê em conformidade com a Instrução Normativa IBAMA nº 02, de 27 de março de 2012. A perspectiva foi de fomentar a participação social ativa e transformadora e a integração cada vez mais ampliada das diversas frentes de atuação da Vale no município.

As Linhas de Ação mencionadas são correlacionadas a seguir:

- 1 - Apoio ao Plano Safra do Município
- 2 - Campanhas de Educação Ambiental
- 3 – Criação da Cooperativa de Ecoturismo
- 4 – Recursos Hídricos
- 5 - Resíduos Sólidos
- 6 – Apoio à Construção da Política Municipal de Educação Ambiental
- 7 – Participação Popular
- 8 – Conhecimento sobre os Empreendimentos da Vale em Canãa dos Carajás
- 9 – Facilitação do Comitê de AMPEA

As referidas Linhas de Ação foram apresentadas por meio de um Plano de Ação que teve por objetivo desenvolver, ajustar e detalhar o planejamento e promover a sinergia das ações do PEA do Projeto Ferro Carajás S11D com os PEAs dos demais empreendimentos da Vale no Município de Canãa dos Carajás (Mina Sossego e Ramal Ferroviário), considerando a não-sobreposição às ações corporativas da Vale nas localidades onde o PEA vem sendo desenvolvido.

E, como meio de se acompanhar e avaliar, de forma continuada, participativa e propositiva, a efetividade das ações educativas de caráter ambiental junto aos grupos sociais envolvidos, foi elaborado um Plano de Monitoramento e Avaliação do PEA. O mesmo tem como principal instrumento indicadores de Processo e Performance, apoiados em metodologias específicas que permitem o acompanhamento da consecução dos objetivos propostos no Programa.

O Programa de Educação Ambiental teve como premissas metodológicas:

- Privilegiar temas do cotidiano local nas ações de Educação Ambiental e difundir informações sobre o bioma amazônico para enraizar na população a apropriação do bioma com fins de conservação;
- Estimular nos públicos preferenciais as responsabilidades ambientais individuais em suas atividades cotidianas, para que se percebam protagonistas importantes na conservação do meio, de forma a alcançar uma cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação da gestão ambiental do lugar onde mora, principalmente;
- Realizar parcerias nas ações do PEA: inserir diferentes agentes, tanto na estruturação do programa, como na sua operação, proporcionando a difusão de práticas responsáveis e a participação efetiva desses atores, garantindo assim melhores resultados das ações do PEA ao longo prazo, formando uma rede local e regional de ações de educação ambiental.

8.2 ATIVIDADES REALIZADAS

Como forma de organização pela natureza dos projetos desenvolvidos, as atividades para 2014 foram divididas em 03 Eixos organizadores: o primeiro reuniu a ações de Formação e Sensibilização, o segundo, ações de Protagonismo Comunitário, ambos desenvolvidos nas Vilas e Bairros e o terceiro que se trata do Monitoramento das Ações do PEA, que reúne atividades específicas de acompanhamento e avaliação do Programa. Nesse eixo se constituiu um importante grupo, o Comitê de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das ações de Educação Ambiental, que teve suas primeiras reuniões em 2013, cujos encontros acontecem mensalmente. As atividades do presente Programa estão em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), e com as atividades de Educação Ambiental definidas e legitimadas pela comunidade através do referido Comitê.

QUADRO 01 – Projetos, Ações, Atividades e Participantes do PEA

Área	Ações demandas pela comunidade no Plano de Ação	Ações Validadas pela comunidade	Atividades	Participações
Vila Planalto	1 - Fomento a projetos para educação ambiental elaborados pelos jovens estudantes da escola municipal do bairro durante as Conferências Infante-Juvenis pelo Meio Ambiente	Apoio ao projeto Música Ação: Cultura da minha Terra	2	115
		Apoio ao projeto Cinema na Escola Ação: Cinema Socioambiental	1	37
		Apoio ao projeto Sacolas de Leitura Ação: Ecosacolas da Leitura	1	12
	2 – Formação continuada voltada para a Educação Ambiental comunitária	Oficina Compostagem (VS 45)	1	12

	das famílias da comunidade	Oficina Reaproveitamento de Alimentos (VS 45)	1	13
TOTAL PLANALTO			6	189
Vila Feitosa	3 – Projeto de Revitalização da Nascente	Projeto Nascente	1	5
	4 – Sensibilização Comunitária para a correta coleta e disposição de resíduos	Oficina de Compostagem	1	12
		Oficina Disposição adequada dos resíduos sólidos (teórica)	1	27
		Oficina Disposição adequada dos resíduos sólidos (prática: Confecção de lixeiras)	1	34
		Oficina Confecção de Vassouras de garrafas PET	1	29
		Oficina Reaproveitamento de alimentos	1	13
	5 – Apoiar a constituição da Associação de moradores e Horta Comunitária	Constituir a Associação de Moradores da Vila Feitosa	2	80
		Oficina de Capacitação Pedagógica sobre o Uso Interdisciplinar da Horta Escolar em Sala de Aula	1	10

TOTAL FEITOSA			9	210
Vila Ouro Verde	6 – Sensibilização da comunidade escolar para disposição adequada dos resíduos	Oficina Disposição adequada dos resíduos sólidos (teórica)	1	48
		Oficina de Compostagem	1	38
		Oficina Disposição adequada dos resíduos sólidos)prática: Confeção de lixeiras	2	17
		Oficina confecção de vassouras PET	1	28
	7 - Revitalização do rio Sebosinho	Projeto Rio Sebosinho	1	19
TOTAL OURO VERDE			6	150
Sede	8 – Concretizar ações de capacitação conforme temáticas indicadas pela população, priorizando conteúdos de saneamento básico no currículo das ações propostas no âmbito da educação ambiental e realizar oficinas para divulgar resultados e ações feitas para mitigar os impactos ambientais do empreendimento	Oficina de Reaproveitamento de Pneus – Bairro: VALE DA BENÇÃO	1	20
		Oficina Consumo Sustentável - Bairro: VALE DA BENÇÃO	1	14
		Oficina de Reaproveitamento de Pneus - Bairro: Santa Vitória	1	25
		Oficina Consumo Sustentável – Bairro SANTA VITÓRIA	1	15

		Oficina Confeção de Vassouras PET – Bairro: SANTA VITÓRIA	1	12
		Oficina Compostagem - ASMAC	1	15
TOTAL SEDE			6	101
Sede âmbito Municipal	9 – Instituir o Comitê de acompanhamento e Monitoramento do Programa de educação Ambiental do Projeto Ferro Carajás S11D	Reuniões mensais do Comitê	13	16
		GT Parque Temático	4	17
		GT Plano Safra	7	23
		Seminário I (Substituído por visita ao Memorial do Projeto S11D)	1	24
		Seminário II	1	25
TOTAL SEDE – ÂMBITO MUNICIPAL			26	105
TOTAL GERAL			53	755

As atividades pertinentes à execução do PEA para 2015 contemplam referenciais metodológicos oferecidos pela Vale e submetidos a apreciação do Comitê de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do PEA pautado nas diretrizes do “Seminário de Avaliação das ações de 2014 e definição de temas e estratégias operacionais na perspectiva da construção do Plano de Ação para 2015”. Objetivando manter coerência técnico-metodológica, as atividades alinharam-se ao caráter participativo para elaboração do planejamento operacional que integra o escopo técnico de execução das mesmas. Para tanto, elaborou-se o **Plano de ação 2015/2016**, bem como o **Plano de Monitoramento dos Indicadores de Resultado e de Processo**.

O Plano de Ação como uma ferramenta técnica-operacional norteadora da implementação das ações do PEA contempla as propostas e diretrizes para a continuidade do Programa, após aprovação do Comitê dos seguintes temas: Plano Safra; Campanhas de EA junto às comunidades; Ecoturismo; Recursos hídricos; Resíduos sólidos; Política Municipal de EA; Participação popular; Conhecimento sobre o empreendimento Vale.

Plano Safra Municipal: Essa Linha de Ação intenciona promover ações de fortalecimento das instituições diretamente envolvidas na implementação do Plano Safra em Canaã dos Carajás, por meio da promoção de ações de formação continuada e intercâmbio de experiências, contribuindo deste modo com o acesso às políticas públicas para aquisição de recursos que se façam necessários para o desenvolvimento das ações previstas pelo Plano Safra. A idéia é estimular a discussão sobre organização social, planejamento rural e acesso á créditos agrícolas. Da mesma forma, criar instrumentos que possibilitem a maior inserção de agricultores nesse processo de discussão.

Quadro 2 – Quadro-resumo das articulações realizadas – Apoio ao Plano Safra

Local	Atividade	Participante	Abordagem
SEMPRU	Encontro de Levantamento de Status e entrega de questionário semiestruturado	Equipe Ecology; Agrônomo da SEMPRU; Equipe Vale	Levantamento de informações sobre o andamento do Plano Safra no município, visando perceber seus avanços e principais dificuldades.
SEMMA	Encontro de Levantamento de Status e entrega de questionário semiestruturado	Equipe Ecology; Equipe Secretaria de Meio Ambiente.	Levantamento de informações sobre o andamento do Plano Safra no município, visando perceber seus avanços e principais dificuldades
Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás	Encontro de Levantamento de Status e entrega de questionário semiestruturado	Equipe Ecology; Coordenadora da Agência Canaã.	Levantamento de informações sobre o andamento do Plano Safra no município, visando perceber seus avanços e

			principais dificuldades
Vila Planalto VS44A	Encontro de mobilização para participação no Grupo Focal sobre o levantamento de status do Plano Safra	Equipe Ecology; Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.	Apresentação do PEA; Plano Safra e solicitação de apoio na mobilização das lideranças de produção rural para participação no grupo focal
EMATER	Encontro de mobilização para participação no Grupo Focal sobre o levantamento de status do Plano Safra	Equipe Ecology; Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Técnico da EMATER-Pará; Representante da Cooperativa Agropecuária de Canaã dos Carajás.	Apresentação do PEA; Plano Safra e solicitação de apoio na mobilização das lideranças de produção rural para participação no grupo focal
SEMPRU	Encontro de mobilização para participação no Grupo Focal sobre o levantamento de status do Plano Safra	Equipe Ecology; Secretário da SEMPRU.	Mobilização dos técnicos da SEMPRU para participação no grupo focal; diagnóstico rural participativo.
SEMDEC	Encontro de mobilização para participação no Grupo Focal sobre o levantamento de status do Plano Safra	Equipe Ecology; Secretário da SEMDEC; Presidente da Associação dos Ambulantes.	Apresentação do PEA; Mobilização das lideranças de produção rural para participação no grupo focal
SEMPRU	Grupo Focal sobre o levantamento de status do Plano Safra	Equipe Ecology; Representantes da SEMPRU; Representantes da SEMDEC.	Apresentação do PEA e explicação da respectiva linha de ação; Diagnóstico Rural Municipal; Ações da SEMPRU e Plano Safra – Andamento, dificuldades, demandas e resultados.
Propriedades Rurais	Grupo Focal sobre o levantamento de status do Plano Safra	Equipe Ecology; Lideranças dos produtores rurais; EMATER-Pará.	Apresentação do PEA e explicação da respectiva linha de ação; Diagnóstico Rural Municipal; Ações da SEMPRU e Plano Safra – Andamento, dificuldades,

			demandas e resultados.

Campanhas de Educação Ambiental - Importantes estratégias de sensibilização sobre a forma como lidar com os ambientes de uso comum ou mesmo sobre as práticas cotidianas que afetam o coletivo. Desta forma, esses eventos contribuem para promover novas condutas coletivas e individuais relacionadas à proteção e minimização de impactos negativos sobre o meio ambiente. O enfoque é promover a realização de campanhas definidas de forma participativa com as comunidades da Área de Influência Direta (AID) dos empreendimentos. Para tanto, estão previstos eventos que abordem as temáticas sobre Biodiversidade e Sustentabilidade – com enfoque em Resíduos Sólidos, e sobre Educação Patrimonial.

Quadro 3 – Quadro-resumo das articulações realizadas – Campanhas Ambientais

Local	Atividade	Participante	Abordagem
COOLETAR	Reunião de Levantamento de Status	Equipe Ecology; Presidente da COOLETAR	Área de cobertura da cooperativa; Relação com a Secretaria de Obras; Status do Plano de Viabilidade realizado pela consultora da Unesco; Situação Legal da COOLETAR; Equipamentos e maquinário; Dias de coleta; Interesse em participar de processos formativos – melhores dias e horários e Status do estudo de viabilidade. Parceria na criação do curso sobre a questão de resíduos
EMEIF Carlos Henrique (Vila Ouro Verde)	Grupo Focal sobre o Levantamento de Status	Equipe Ecology; Representantes de Classe	Apresentação do PEA, levantamento de informações sobre a realização de oficinas de plantio e de educação patrimonial na escola, seminário de protagonismo juvenil
SEMMA	Encontro de planejamento da Oficina de Plantio	Equipe Ecology; Representantes	Planejamento e atribuições para a realização da Oficina de Plantio de

	de Mudanças em APPs	da SEMMA; Representantes da SEMPRU	Mudanças em APP
Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás	Grupo Focal sobre o Levantamento de Status	Equipe Ecology; Representantes da SEMMA, ICMBIO, OAB, VALE, CMMA, Agência Canaã e SEMDEC	Apresentação do PEA, levantamento de informações sobre a educação ambiental e a interface com as instituições de Canaã; Ucs, resíduos sólidos e manejo de bacias hidrográficas

Criação da Cooperativa de Ecoturismo - Fortalecer o grupo social, em especial os membros da Associação Alto do Bonito, interessados em desenvolver as atividades turísticas, a partir da formalização desta cooperativa. O município conta com atrativos naturais que podem ser visitados por turistas e moradores da região. Ademais, possui parte do seu território inserido na área da Floresta Nacional (Flona) de Carajás. Atualmente conta com o Parque Natural Municipal Veredas dos Carajás, criado recentemente. Ambas as Unidades de Conservação (UC) possuem atividades de visitação previstas em seus Planos de Manejo. Isto posto, ressalta-se que IN nº 02/2012-IBAMA em seu artigo 5º, recomenda que o PEA deva se articular com normas, atividades e Planos de Manejos das UC e com programas, projetos ou ações de educação ambiental que estiverem em implementação na UC. Desta forma, “o PEA deverá considerar em sua estruturação as ações de Educação Ambiental e gestão ambiental participativa desenvolvidas nas UC e em seu entorno

Quadro 4 – Quadro-resumo das articulações realizadas – Criação da Cooperativa de Ecoturismo

Local	Atividade	Participantes	Abordagem
Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás	Encontro de levantamento de status	Equipe Ecology; Representante da Cooperativa de Ecoturismo	Estágio em que se encontra a futura Cooperativa; potencial turístico identificado na região; Solicitação de processos formativos e cessão de espaço físico para a cooperativa.
Agência de Desenvolvimento	Reunião de levantamento de status	Equipe Ecology; Representante	Estágio em que se encontra a futura Cooperativa; Articulação

Econômico e Social de Canaã dos Carajás		da Cooperativa de Ecoturismo	junto à FLONA Carajás e Parque Natural Municipal Veredas, Processos Formativos.

Recursos Hídricos – acompanhar as ações de revitalização de rios e nascentes demandadas e já parcialmente encaminhadas pelas comunidades, e realizar ações de sensibilização da comunidade, relativas à temática da conservação e gestão dos recursos hídricos. Tais ações serão realizadas por meio de Oficinas de Plantio de Mudanças em APPs e de sensibilização com as comunidades sobre a importância da participação na gestão dos recursos hídricos, e reuniões de sensibilização com proprietários dos trechos de rios e nascentes indicados para recuperação. As ações educativas aqui previstas assumem a intenção de estimular a população da área de influência dos empreendimentos a atuar conscientemente na realidade para transformá-la em favor dos interesses coletivos e comuns ao cidadão.

Quadro 5 – Quadro-resumo das articulações realizadas – Recursos Hídricos

Local	Atividade	Participante	Abordagem
SEMMA	Reunião de Levantamento de Status	Equipe Ecology; Técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Apresentação do Plano de Ação do Programa de Educação Ambiental (PEA); Plano Safra; Oficina de Plantio de Mudanças em APP
EMEIF Carlos Henrique	Grupo Focal sobre o Levantamento de Status	Equipe Ecology; Representantes de Classe	Apresentação do PEA, levantamento de informações sobre a realização de oficinas de plantio e de educação patrimonial na escola, seminário de protagonismo juvenil
SEMMA	Encontro de planejamento da Oficina de Plantio de Mudanças em APP	Equipe Ecology; Representantes da SEMMA; Representantes da SEMPRU;	Planejamento e atribuições para a realização da Oficina de Plantio de Mudanças em APP
Agência de	Grupo Focal sobre	Equipe	Apresentação do PEA,

Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás	o Levantamento de Status	Ecology; Representantes da SEMMA, ICMBIO, OAB, VALE, CMMA, Agência Canaã e SEMDEC	levantamento de informações sobre a educação ambiental e a interface com as instituições de Canaã; Ucs, resíduos sólidos e manejo de bacias hidrográficas
SEMED	Reunião de Levantamento de Status	Equipe Ecology; Coordenadora de Educação Ambiental da SEMED	Panorama da Educação em Canaã; Plano Municipal de Educação - 2015 a 2025 – resultados e desdobramentos; Projetos de Educação Ambiental nas escolas; Experiências exitosas - indicação; Campanhas de educação ambiental no município; Protagonismo juvenil – as escolas e grêmios de estudantes; Visitação a escola Vila Ouro verde e GF com alunos; Política Municipal de Educação Ambiental; Interesse em participar do GT e da Oficina de Facilitadores para a PMEA e PROMEA.

Resíduos Sólidos - Desenvolver atividades que se desdobrem em benefícios para a comunidade da AID por meio da sensibilização sobre a questão dos resíduos sólidos, visando a redução de impactos causados ao meio ambiente e à saúde pública. Após a realização do Diagnóstico Sócio Participativo (DSP), realizado em 2013, o Comitê incorporou mais uma vez a questão sobre resíduos sólidos em uma das suas linhas de atuação do PEA, contribuindo para a cessão de coletores/contêineres para o recolhimento do lixo nas comunidades da AID, por meio da articulação de representantes das comunidades junto a prefeitura. Como desdobramentos dessa articulação, as comunidades foram contempladas com os coletores, além da frequência da coleta de resíduos realizada pela prefeitura ter aumentado para duas vezes por semana em todas as comunidades rurais.

Com a recente criação da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Canaã dos Carajás, denominada “Recicla Canaã”, que iniciou o seu funcionamento no início de 2014, a presente linha de ação também prevê atividades de articulação

com essa cooperativa, a fim de desenvolver um estudo de viabilidade técnica e econômica. Tal estudo pode auxiliar a cooperativa na ampliação de sua área de abrangência de coleta de resíduos. Ressalta-se que o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Canaã dos Carajás (PMGIRS) está em fase de elaboração, e o diálogo com os representantes do poder público e sociedade civil organizada que estão à frente da condução desse processo - Comitê Diretor e o Grupo de Sustentação -, será primordial para a tomada de decisões no contexto do PEA.

Quadro 6 – Quadro-resumo das articulações realizadas – Recursos Sólidos

Local	Atividade	Participante	Abordagem
COOLETAR	Reunião de levantamento de status	Equipe Ecology; Presidente da COOLETAR	Apresentação do Plano de Ação do Programa de Educação Ambiental (PEA), mas especificamente a Linha de Ação voltada para Resíduos Sólidos que prevê apoio a Cooletar; Estudo de Viabilidade.
COOLETAR	Reunião de levantamento de status	Equipe Ecology; Presidente da COOLETAR	Área de cobertura da cooperativa; Relação com a Secretaria de Obras; Status do Plano de Viabilidade realizado pela consultora da Unesco; Situação Legal da COOLETAR; Equipamentos e maquinário; Dias de coleta; Interesse em participar de processos formativos – melhores dias e horários e Status do estudo de viabilidade. Parceria na criação do curso sobre a questão de resíduos
SEMOB	Reunião de levantamento de status	Equipe Ecology; Secretário de Obras	Panorama da Coleta de resíduos em Canaã dos Carajás; Coleta Seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis

		<p>formadas por pessoas físicas de baixa renda; Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos; Frequência da Coleta de Resíduos nas comunidades – atende a toda Canaã; terro Contralado e tratativas para criação do Aterro Sanitário; Implementação de campanhas ambientais sobre resíduos sólidos; Cooperativas de Catadores; Resultados sobre a disponibilização dos coletores nas comunidades (Vilas Ouro Verde e Feitosa)</p>

Política Municipal de Educação Ambiental - apoiar a construção da Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA), e a elaboração do Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA) de Canaã dos Carajás, a partir de atividades que visem a mobilização e a capacitação do público-alvo. Desta forma, previu-se a realização de um processo de capacitação do público alvo para o planejamento e condução das consultas públicas necessárias para construção da PMEa, com diálogo e transparência entre os diversos atores sociais envolvidos. Nesse processo, faz-se necessário garantir que se estabeleça na PMEa, o ProMEA como um instrumento de gestão participativa e estratégica da educação ambiental no município.

O Programa agora visa fomentar a participação popular num nível mais profundo, potencializando a autonomia e criticidade dos atores sociais locais não apenas na formulação, mas também na condução dos próprios espaços e instrumentos de organização social e definição de políticas públicas. Para tanto, se impõe a necessidade de fomentar o engajamento das novas gerações, de valorizar e trocar experiências subjacentes às iniciativas locais de organização social bem sucedidas e de estimular que as comunidades desenvolvam seus projetos conforme suas próprias referências de desenvolvimento. Além disso, a concepção de política como algo restrito à esfera governamental deve ser desconstruída, de modo a promover uma valorização do papel da sociedade civil nas discussões e definições a respeito do espaço público.

Quadro 7 – Quadro-resumo das articulações realizadas – Política Municipal de Educação Ambiental e Programa Municipal de Educação Ambiental

Local	Atividade	Participante	Abordagem
Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás	Grupo Focal sobre o levantamento de status	Equipe Ecology; Representantes da SEMMA, ICMBIO, OAB, VALE, CMMA, Agência Canaã e SEMDEC	Apresentação do PEA, levantamento de informações sobre a educação ambiental e a interface com as instituições de Canaã; UCs, e manejo de bacias hidrográficas
SEMED	Reunião de levantamento de status	Equipe Ecology; Coordenadora de Educação Ambiental da SEMED	Panorama da Educação em Canaã; Plano Municipal de Educação - 2015 a 2025 – resultados e desdobramentos; Projetos de Educação Ambiental nas escolas; Experiências exitosas - indicação; Campanhas de educação ambiental no município; Protagonismo juvenil – as escolas e grêmios de estudantes; Visitação a escola Vila Ouro verde e GF com alunos; Política Municipal de Educação Ambiental; Interesse em participar do GT e da Oficina de Facilitadores para a PMEA e PROMEA .

Participação Popular - contribuir para a qualificação da participação popular por meio da promoção de ações de fomento ao protagonismo juvenil, o fortalecimento da autonomia das organizações sociais locais e apoio a iniciativas potencializadoras do desenvolvimento comunitário. De modo a favorecer a autonomia e criticidade dos atores sociais locais não apenas na formulação, mas também na condução dos próprios espaços e instrumentos de organização social, e a participação na definição de políticas públicas.

Para tanto, se impõe a necessidade de fomentar o engajamento das novas gerações, de valorizar e trocar experiências subjacentes às iniciativas locais de

organização social bem sucedidas e estimular as comunidades no sentido de desenvolver seus projetos conforme suas próprias referências de desenvolvimento.

Quadro 8 – Quadro-resumo das articulações realizadas – Participação Popular

Local	Atividade	Participante	Abordagem
Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás	Reunião alinhamento do curso de Elaboração e Gestão de projetos; e visita Às comunidades da AID do Ramal e Mina do Sossego	Equipe Ecology; Nivia Costa, Daniel Queiroga e Eidiane Sousa, da Vale; e Graça Reis, da Agência Canãa	Compreensão do Escopo e cronograma do curso de elaboração de projetos oferecidos pela Vale por meio do programa Carta Aberta, para alinhamento com a Linha de Ação 7 – Participação Popular do PEA; e planejamento de visita às comunidades para preparação de representantes para participar para reuniões ordinárias e inclusão de comunidades da AID de Ramal e Sossego no Comitê de AMPEA.
Vila Ouro Verde	Entrevista sobre participação popular	Equipe Ecology; Presidentes das Associações da Vila Ouro Verde	Aplicação de questionário semiestruturado para obter das associações comunitárias as seguintes informações: (a) Participação em colegiados no município; (b) Participação na formulação de Políticas Públicas Setoriais; (c) Articulação com as secretarias municipais; (d) Conhecimento sobre o processo de licenciamento ambiental; (e) Indicação de projetos de educação ambiental ou comunitários de relevância; e (f) Interesse em participar da PROMEA e de seu processo formativo.

Conhecimento sobre os Empreendimentos Vale em Canaã dos Carajás - A demanda pela visitação às áreas dos projetos S11D e Mina do Sossego surgiu das próprias comunidades da AID, conforme registrado na sistematização das consultas promovidas durante a etapa de DSP. Em atendimento a isto, houve uma visitação ao Projeto S11D em novembro de 2014. Complementarmente, tal atividade de visitação consiste, ainda, em potencial instrumento de promoção da pesquisa *in loco*, da relação dos elementos “impactos – medidas – programas”, de importância essencial na compreensão dos nexos do processo de licenciamento ambiental. Para tanto, a mesma está contextualizada no bojo de um processo formativo, e com um recorte de público interessado.

Para tanto, está prevista a promoção de visitas de membros das comunidades da AID aos projetos S11D e Mina do Sossego, além da realização de Curso de Licenciamento e Gestão Ambiental para membros do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do Programa de Educação Ambiental (AMPEA) e do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA), com foco nos empreendimentos em tela, incluindo-se o Ramal Ferroviário.

A partir do mês de novembro de 2015 foi possível realizar um levantamento sobre o grau de conhecimento dos membros do Comitê de AMPEA, e todos os outros atores consultados durante o Levantamento de Status das demais atividades, quanto aos processos de licenciamento ambiental de cada um dos empreendimentos, bem como o interesse em visitar as instalações e apreender mais informações.

Portanto, não foram realizadas articulações específicas concernentes a presente Linha de Ação.

Contudo, para complementar essa atividade, está prevista para em janeiro de 2016, uma reunião com as equipes de Relações Comunitárias/Comunicação Social da Vale S.A. de cada um dos empreendimentos para levantar o status das visitas já realizadas nos empreendimentos e o planejamento dessa atividade.

Foi adotada a estratégia de solicitar aos participantes dos encontros realizados nas atividades de campo para que preenchessem um questionário semiestruturado sobre as suas percepções dos empreendimentos da Vale em Canaã dos Carajás (tais como: conhecimento sobre o processo de licenciamento ambiental, benefícios advindos da instalação dos empreendimentos e visitação nas instalações da empresa).

Os 44 questionários preenchidos estão disponíveis no Relatório Trimestral do PEA. A sistematização dos dados, em formato de planilha, segue disponível no mesmo relatório.

Facilitação do Comitê de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do PEA - Desde setembro de 2015, início da implantação do Plano de Ação do PEA, as reuniões do Comitê ocorreram mensalmente na última quinta-feira de cada mês, no auditório da Agência de Desenvolvimento Social de Canaã dos Carajás (exceto pelo mês de dezembro). As mobilizações para as reuniões ocorreram através de contatos telefônicos e visitas nas comunidades rurais realizadas pela coordenação do Comitê com o apoio da Ecology.

Desde o início da sua formação até a última reunião realizada em 26 de novembro de 2015, foram realizadas 18 reuniões, onde estiveram presente em pelo menos um dos eventos o total de 94 pessoas, entre os participantes representantes do poder público e da sociedade civil de Canaã dos Carajás. Dentre as principais deliberações do Comitê estão os temas que nortearam a elaboração do Plano de Ação do PEA 2015-2016.

Neste bojo, cabe à respectiva atividade, contribuir: (a) para que as reuniões do Comitê ocorram em atendimento à periodicidade mensal estabelecida no regimento interno; (b) para que sejam mobilizados novos componentes, além de representantes das comunidades Vila Bom Jesus e Nova Jerusalém; (c) para elaboração de um roteiro metodológico de facilitação das reuniões, assim como, o roteiro logístico e a agenda; e (d) elaboração e distribuição ao público de uma publicação-síntese de acompanhamento e monitoramento do PEA ao final da implementação do Plano de Ação.

Quadro 9 – Quadro-resumo das articulações realizadas – Conhecimento sobre os Empreendimentos Vale em Canaã dos Carajás

Local	Atividade	Participante	Abordagem
Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás	Reunião mensal Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do Programa de Educação Ambiental (AMPEA)	Equipe Ecology; Membros do Comitê	Apresentação do Plano de Monitoramento; Apresentação do Cronograma de Atividades; Parque Veredas; Convênio com a Agência Canaã: Implantação do Viveiro de Mudas; e Apresentação dos Indicadores Sociais do município de Canaã dos Carajás
Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás	Encontro para definição da proposta de novo modelo de reunião do Comitê	Equipe Ecology; Coordenadora da Agência Canaã.	Proposta de revisão do regimento, inserção de novos membros e demais ajustes que se façam necessários

Vila Planalto – VS45	Encontro de mobilização e preparação para participação no Comitê de AMPEA	Equipe Ecology; Comunitários	Apresentação do PEA e mobilização para participação nas reuniões do Comitê
Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás	Reunião ordinária do Comitê de AMPEA	Equipe Ecology; Membros do Comitê	Apresentação da proposta de Metodologia e Planejamento da reunião; Participação das Vilas; Ações do <i>Plano Safra</i> realizadas e as do PEA, previstas para os próximos 30 dias; Contratação de técnico local de EA; Metodologia para o dia de campo Plantio em APP; e Feira de Negócios
Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás	Reunião ordinária do Comitê de AMPEA	Equipe Ecology; Membros do Comitê	Apresentação da metodologia da reunião; planejamento do Dia de Campo; evento para o levantamento de status; e Ações do Plano Safra.

Por outro lado a elaboração do **Plano de Monitoramento dos Indicadores de Resultados e de Performance** (Processo) das atividades do PEA considera aspectos qualitativos como projetos realizados e representatividade de grupos sociais envolvidos no monitoramento do PEA, dentre outros, além de check list de atendimento a objetivos, metas, indicadores e exigências do órgão Ambiental em relação ao PEA. Visa atender à demanda também apontada pelo Comitê do PEA no seminário de novembro/2014 no que tange ao “aprimoramento dos indicadores e testá-los em 2015 fazendo os ajustes necessários”.

Os indicadores de processo foram definidos no Plano de Ação e estão diretamente relacionado com as metas apontadas para cada uma das Linhas de Ação definidas. Os indicadores de processo buscam, neste sentido, avaliar o andamento de três aspectos relacionados a forma como as atividades previstas estão sendo executadas, divididas em três formas centrais:

- **Efetividade:** que avalia se as atividades estão sendo integralmente executadas tal qual planejado, incluindo a apresentação dos conteúdos previstos, as cargas horárias e a diversidade de eventos planejados.

- Participação: avalia se os diferentes públicos indicados no programa estão sendo envolvidos nas atividades previstas.
- Temporalidade: se avalia se as atividades estão sendo executadas nos períodos previstos no planejamento.

Baseados nesta forma de acompanhamento, os indicadores de processo foram divididos em três tipos: Efetividade, Participação e Temporalidade. Os dois primeiros apresentados nos quadros a seguir, organizados também por linha de ação. O Cronograma será acompanhado a partir do seu detalhamento, a ser realizado na etapa subsequente à elaboração do Plano de Ação.

A definição dos indicadores de performance trás no Plano de sua funcionalidade diretamente relacionada à observação da capacidade das diversas atividades planejadas em cumprir os princípios norteadores do PEA, nas suas linhas de ação e seus objetivos centrais. A aplicação de indicadores para a avaliação de aspectos que subjazem aos processos, tais como os aspectos qualitativos que envolvem a participação social dos diversos atores em reuniões, oficinas e demais atividades previstas é, contudo, uma ação que demanda, além do acompanhamento técnico e monitoramento das atividades realizadas, a conformação de metodologias analíticas, que permitam aos agentes dos processos educativos/formativos o desenvolvimento e instrumentalização da avaliação da profundidade e amplitude dos resultados alcançados com o Programa.

É fundamental, neste sentido, que a definição desses indicadores sejam apoiados em objetivos claros, apresentados a seguir na forma de **Princípios Norteadores da Avaliação** dos indicadores de performance do PEA.

Quadro 10 - Princípios Norteadores da Avaliação

Princípio	Conceito
Pertencimento Local	Capacidade de fomento às relações locais de pertencimento social por meio de potenciais transformações sociais e territoriais associadas ao fortalecimento das cadeias produtivas, do associativismo e da participação local nos processos de desenvolvimento que afetam as comunidades rurais e na valorização de práticas e saberes tradicionais.
Protagonismo Social	Potencial de fortalecimento das ações individuais e coletivas que envolvem a participação qualificada nos espaços de controle social e o empoderamento dos atores sociais nos processos de gestão ambiental.
Compartilhamento de Valores	Capacidade de dotar as atividades

	educativas e formativas de ações que gerem a internalização de valores, conhecimentos e práticas capazes de promover mudanças de atitudes e comportamentos em relação ao meio ambiente e a sociedade.
Cidadania	Capacidade de promover a valorização dos direitos humanos e o reconhecimento das responsabilidades institucionais e sociais dos diversos atores envolvidos no contexto da gestão ambiental.

9. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A base para a realização das ações do PEA seguiu estritamente o marco legal da Educação Ambiental, a Instrução Normativa nº 02, de 27 de Março de 2012, do IBAMA, bem como a Política Nacional de Educação Ambiental. Valendo ressaltar que o PEA atendeu todos os requisitos colocados pelo IBAMA.

O desenvolvimento das ações do Programa teve seu foco na promoção da cultura de sustentabilidade e no envolvimento dos moradores das comunidades impactadas. Os projetos foram construídos de forma conjunta com lideranças locais e poder público, respeitando e atendendo aos Planos de Ação elaborados com a participação efetiva das comunidades durante o Diagnóstico Socioambiental Participativo e Seminário de Avaliação do PEA, em novembro de 2014. Consideram-se positivos os resultados com a realização dos projetos, destacando o envolvimento de atores locais diversos, o cumprimento das ações dos Planos validados pelo Comitê e a promoção de hábitos e atitudes sustentáveis. As ações buscaram promover em um curto espaço de tempo, a sensibilização para questões encontradas no cotidiano das comunidades, engajando os moradores de forma proativa para a resolução dos desafios.

A formulação do Plano de Ação integrado fundamentou-se na necessidade de desenvolver, ajustar e detalhar o planejamento estratégico anteriormente homologado pelo Comitê de Educação Ambiental, incluir as metodologias de avaliação continuada e promover a sinergia das ações do PEA do Projeto Ferro Carajás S11D com os PEAs dos demais empreendimentos da Vale no Município de Canaã dos Carajás (Mina Sossego e Ramal Ferroviário), e considerando a não-sobreposição às ações corporativas da Vale nas localidades rurais onde o PEA vem sendo desenvolvido.

É da natureza dos grupos sociais, bem como das atividades promovidas por ações educativas calcadas na participação social e no protagonismo de lideranças e de representantes de comunidades locais, que as mudanças individuais e coletivas, nas

formas de organização, nas percepções individuais e compartilhadas, e por fim na dinâmica das transformações estruturais e conjunturais, econômicas e políticas, se estabeleçam constantemente sobre novos paradigmas, novos desafios, demandando adequações e ajustes metodológicos que se interponham na gestão das ações do Programa de Educação Ambiental. Neste sentido, além da revisão anual do planejamento do PEA, promovida a partir da atuação sistemática do Comitê de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação, foram previamente estabelecidos no Plano de Monitoramento os indicadores e as metodologias de avaliação que permitam essa adaptação progressiva do Plano de Ação.

Nesse contexto, o Programa lançou mão de uma série de premissas, que expressam em geral os principais pontos de atenção observados na formulação das metodologias de Monitoramento do PEA. Nos tópicos a seguir, alguns desses aspectos são observados.

- O protagonismo promovido nas etapas iniciais de desenvolvimento do PEA, especialmente a partir da formação do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do PEA, nas Vilas de Outro Verde e Feitosa, com ampla participação do poder público, promoveu a construção de um Plano de Ação plurianual, com diferentes linhas de atuação que devem ser apoiadas continuamente por ações de mobilização e engajamento, buscando progressivamente a promoção do **Planejamento Integrado**;
- Em função dos diferentes contextos locais e do histórico dos três diferentes empreendimentos, os parâmetros de participação, as agendas de atividades e capilarização das ações formativas, encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento, o que precisa ser observado na promoção de **Ações Compartilhadas** no âmbito do PEA e no seu monitoramento;
- A atuação de diversos agentes de relacionamento com as comunidades, decorrentes de eventual sobreposição de ações do PEA, bem como de outros diferentes Programas, além da atuação de profissionais de diferentes níveis institucionais da Vale, assim como eventuais distorções na atuação conjunta com o Poder público, promovem múltiplas inserções e diferentes percepções sobre os impactos, as medidas de controle e o papéis dos diversos atores envolvidos nas ações da Vale no município;
- A atuação conjunta de grupos sociais locais, associações e poder público no Comitê de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do PEA, tem demandado uma preocupação constante quanto à equidade da participação desses diferentes atores nos processos de planejamento, desenvolvimento e avaliação das ações empreendidas.

O Programa vem atendendo ao previsto em sua concepção inicial, visto que o mesmo atua como importante mediador nos processos participativos, críticos, dialógicos e de visualização das ações do Comitê. Ressalta-se, todavia, que todo

planejamento não deve ser considerado estático, sendo o mesmo sujeito a modificações em função da dinâmica dos atores sociais nele envolvidos. Tal premissa pode ser mais bem compreendida à luz das reuniões do Comitê, nas quais se percebeu certa “passividade” dos participantes membros das vilas. Tal condição é atribuída a uma participação ainda não internalizada ou mesmo tutorada, o que fez com que providências fossem tomadas no sentido de iniciar um processo de revisão tanto da dinâmica das reuniões como da própria organização interna desse colegiado. Reitera-se ainda que o processo participativo tem um ritmo próprio, relacionado à sensibilidade da equipe executora para transformar as etapas desse processo, por meio de um processo que envolva e empodere seus participantes.

Outro ponto, diz respeito ao Levantamento de Status das linhas de ação e as ações de Monitoramento do PEA, que envolve não somente a consulta de lideranças, instituições e/ou grupos estratégicos, mas, principalmente, necessita que esses atores repassem informações sistematizadas, atualizadas ou pelo menos organizadas, refletindo diretamente no resultado do diagnóstico e em seu prazo de finalização.

Também foram observados avanços no delineamento de cursos, campanhas e oficinas realizadas, o que corrobora para evidenciar os progressos realizados até o momento. De modo geral, segundo o Comitê, o conhecimento obtido nas oficinas teóricas e práticas vivenciadas em ações específicas em cada comunidade, promoveram algumas mudanças entre as pessoas envolvidas nas ações do PEA. Em termos gerais o Comitê avalia como satisfatórias as ações desenvolvidas nas comunidades, uma vez que as demandas apontadas no Diagnóstico foram concretizadas e principalmente por ter conseguido promover a mudança de atitude dos envolvidos, ou pelo menos um caminho iniciado nessa direção.

Alguns resultados alcançados a partir da execução das ações do Programa de Educação Ambiental do Projeto Ferro Carajás S11D:

- O Programa de Educação Ambiental sendo compreendido e apropriado pela comunidade, sobretudo os mais afetados pelos efeitos da presença e da interferência do empreendimento em seus modos de vida, em suas aspirações presentes e perspectivas futuras;
- A autonomia dos sujeitos participantes em suas capacidades de escolher e atuar transformando as condições socioambientais de seus territórios;
- A dialogicidade como mediação da relação entre o empreendedor e as comunidades da área de influência para maior compreensão e mitigação dos impactos ambientais proporcionou aumento da credibilidade/confiança da empresa por parte da comunidade reduzindo, substancialmente, possíveis tensões e conflitos sociais;

- A priorização de temas do cotidiano local quando da definição das ações de educação ambiental;

O PEA atende diversas diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental, onde suas ações são voltadas as múltiplas dimensões de sustentabilidade ambiental para diversos atores sociais. Valendo dizer que o Programa busca atender a uma das principais diretrizes da política pública, que estabelece a participação de todos os segmentos da sociedade para a promoção da proteção, recuperação e melhoria das condições socioambientais e a qualidade de vida da população.

Vale salientar que a articulação dos princípios norteadores: Pertencimento local, Protagonismo Social, Compartilhamento de Valores e Cidadania, e seus conceitos com os objetivos específicos previstos no Plano de Ação, permitiram a indicação das “Metas do Monitoramento” e posteriormente dos indicadores de performance a serem monitorados no âmbito deste Programa.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PEA dirige-se ao desenvolvimento sustentável dos territórios, na medida em que apoia a combinação de interesses econômicos aos desafios de desenvolvimento humano e ambiental da região. A aliança entre desenvolvimento e respeito à preservação e continuidade da vida, das riquezas naturais e sociais dos territórios configura-se como grande desafio de sustentabilidade, na medida em que estabelece novos paradigmas de desenvolvimento, no qual métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica caminham juntos. A educação ambiental, nesta perspectiva, assume o papel de processo de ampliação da percepção e da transformação do pensar e agir individual e coletivo em relação ao meio ambiente, sobretudo com vista a evitar e mitigar impactos adversos.

O processo educativo vai além de possibilitar o acesso à informação sobre o meio ambiente focado, apenas, nas ciências físicas e biológicas, atua na internalização de valores e mudanças de atitudes e comportamentos em relação ao meio ambiente. A educação ambiental aqui extrapola comportamentos práticos tidos como “ecologicamente corretos” configura-se como um processo dinâmico e participativo, que tem como objetivo contribuir para a formação de indivíduos conscientes, corresponsáveis e participativos, capazes de questionar e refletir, de forma concreta sobre a implementação de ações pessoais e políticas de sustentabilidade ambiental social e econômica do município e, porque não dizer do planeta. Tal prática permite à comunidade em conjunto com o poder público local mediar diferentes interesses e conflitos em torno da apropriação e uso dos recursos naturais, exercitando a gestão desses recursos na busca de um ambiente ecologicamente equilibrado.

Destaca-se a necessidade da estruturação da Política Municipal de Educação Ambiental e a Participação Popular nos processos de discussão e decisão de cunho ambiental, ambas apontadas no Plano de Ação 2015 como forma de estimular no

cotidiano dos atores sociais locais à responsabilidade ambiental individual, de modo a se perceberem como importantes protagonistas na conservação dos recursos naturais. A expectativa é de que possam fazer valer seus direitos com base na motivação e na co-participação da gestão ambiental do lugar onde moram, principalmente. É certo que saberes e experiências serão trocados possibilitando-os o pertencimento socioambiental e a proposição de soluções para os problemas gerados. Percebe-se com isso a necessidade de empoderar o Município na Gestão Pública de Meio Ambiente capaz de garantir o controle social, a justiça ambiental e, sobretudo, a construção de um Município mais sustentável. Assim a Política Municipal de Educação Ambiental orienta a adoção e implementação de normas legislativas e administrativas, bem como prevê a alocação de recursos institucionais, técnicos, logísticos e financeiros necessários à promoção do desenvolvimento sustentável local.

11 EQUIPE TÉCNICA

Tabela 01 - Equipe técnica responsável

Nome	Formação
Francisca Nívia Costa de Vasconcelos Rodrigues	Engenheira Agrônoma/Analista de Responsabilidade Social/Vale Registro no Conselho no CREA – 6.051 - D

12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBAMA. Instrução Normativa n.º 2, de 27 de março de 2012.

IBAMA. Diretoria de Incentivo à Pesquisa e Divulgação - Termo de Referência para Elaboração e Implementação de Programas de Educação Ambiental no Licenciamento.

GOLDER ASSOCIATES BRASIL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA/VALE S.A. 2010. Estudos de Impacto Ambiental do projeto Ferro Carajás S11D, canaã dos Carajás, PA.

VALE S. A., Guia para Programas de Educação Ambiental – Rio de Janeiro, Revisão 2014.

QUINTAS, José S. – Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 1996. Doc. Mimeo

QUINTAS, José S. e GUALDA, Maria J. – A Formação do Educador para atuar no processo de gestão Ambiental. Série Meio Ambiente em Debate 01. Brasília, IBAMA, 1995.

ANEXOS

